



## Sessão sobre Diretas Já destaca caráter pacífico do movimento

Senadores lembram que maior mobilização popular da história do Brasil, há 30 anos, não registrou atos de violência na luta pela democracia

Genildo Magalhães/Agência Senado



Thelma de Oliveira participa da homenagem, ao lado dos senadores Cyro Miranda (3º à esq.) e Alvaro Dias (4º à esq.), que propôs a sessão especial pelos 30 anos

Não houve vandalismo nas manifestações e nos comícios que, em 1984, levaram milhões de brasileiros às ruas para exigir eleições diretas para presidente. Isso foi ressaltado ontem em sessão especial do Senado por parlamentares e por Thelma de Oliveira, viúva do deputado Dante de Oliveira, que propôs a emenda do voto direto. Participantes da homenagem consideraram a histórica campanha Diretas Já um ensinamento aos jovens de hoje. **3**

**Presidentes de comissões definem prioridades do semestre** **2**

**Senadores alertam para danos causados pela enchente do Rio Madeira** **6**

**Projeto com mudanças no Bolsa Família volta à pauta amanhã** **6**

**Estudo sugere alterações na governança da internet no país** **8**

**Congresso celebra hoje os 20 anos do lançamento do Plano Real** **2**

especial  
**Cidadania**

Ana Volpze/Agência Senado



Trabalhador registra ponto: OIT recomenda jornada de 40 horas desde 1935

### Senado enfrentará desafio de analisar redução da jornada

Texto substitutivo do senador Walter Pinheiro reduz de 44 para 40 horas a jornada semanal de tra-

balho no país e deve ser analisado pela Comissão de Constituição e Justiça neste semestre. **4 e 5**

### Audiência debate preço dos carros no país

Audiência interativa continua hoje a discussão sobre o alto preço e a baixa incorporação de itens de segurança dos carros no

país. Senadora Ana Amélia diz que quando o brasileiro viaja ao exterior percebe a desvantagem do mercado nacional. **7**



Reprodução/ Blog Autos Conceitos

Margem de lucros das montadoras de carros no Brasil pode chegar ao triplo da praticada pelas similares norte-americanas



TV Senado agora em São Luís

**Canal 51.1**

Política e cidadania em tempo real.  
É o Senado Federal mais perto do maranhense.

Aqui o cidadão sabe o que acontece



Siscom | Comark - Criagem e Marketing | Senado Federal

# Sessão solene celebra hoje os 20 anos do Plano Real

Por sugestão de Aécio Neves, Congresso Nacional lembra lançamento do plano econômico que, durante o governo Itamar Franco, deteve a inflação e criou condições para a estabilidade financeira

O CONGRESSO NACIONAL realiza às 11h de hoje sessão solene destinada a comemorar os 20 anos de lançamento do Plano Real. O evento, que acontece no Plenário do Senado, deve contar com as presenças do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e do ex-presidente do Banco Central Gustavo Franco.

Lançado em 27 de fevereiro de 1994, no governo de Itamar Franco, o Plano Real foi um programa de estabilização econômica que teve como principal objetivo o controle da inflação. Entre outras medidas, criou a Unidade Real de Valor (URV), moeda virtual que serviu de transição entre o Cruzeiro Real e o Real. Aprovada na forma de projeto de lei de conversão (PLV 11/1994), a MP se transformou na Lei 8.880/1994.

Elaborado a partir de 1993 por uma equipe de economistas reunida pelo então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, utilizou-se de instrumentos econômicos e políticos para reduzir a inflação, que chegou a 46,58% ao mês em junho de 1994, quando do lançamento da nova moeda.

Para Aécio Neves (PSDB-MG), que sugeriu a sessão especial, desde a implantação do



Fernando Henrique, ministro da Fazenda que lançou o real, confirmou presença

Plano Real renasceu no Brasil a esperança da construção de um futuro planejado. Antes da medida, diz, a inflação e a desordem nas finanças públicas colocaram o Brasil, por várias ocasiões, à beira do caos.

Para o senador, a celebração da criação do Plano Real é uma forma de permitir às novas gerações o conhecimento do que representou para o desenvolvimento do país a iniciativa empreendida no governo Itamar Franco.

“Os princípios do Plano Real foram apropriados por nossa sociedade de tal forma que, desde então, os sucessivos governos não abriram mão de sua defesa. Entretanto, o tempo passa e uma nova geração de brasileiros, aqueles que eram muito jovens em 1994 e os que hoje têm menos de 20

anos, não viveram o horror da inflação, como seus pais. Mesmo a nossa memória se relativiza com o passar dos anos”, diz Aécio.

Para Ricardo Ferraço (PMDB-ES), a população vai comemorar 20 anos de estabilidade econômica e a derrota da inflação “que corroía o poder aquisitivo do trabalhador”.

— Foi uma das vitórias mais importantes da história econômica do nosso país — disse Ferraço.

Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que a população tem muito a comemorar.

— O Plano Real é um divisor de águas que inaugurou um novo conceito de administração pública com base na Lei de Responsabilidade Fiscal. O plano é o grande promotor da inclusão social — declarou.

## Romero Jucá defende ampliação do acesso de advogados a inquéritos

Romero Jucá (PMDB-RR) pediu prioridade à votação de projeto de autoria dele que modifica



Pedro Franco/Agência Senado

o Estatuto da Advocacia. A proposta (PLS 468/2013), redigida em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), amplia o acesso dos advogados a inquéritos e investigações, mesmo os já concluídos. O projeto também torna obrigatória a assistência do advogado durante apuração de infrações.

— Isso se chama democracia, direito ao contraditório, respeito aos direitos individuais e coletivos — argumentou.

O senador também defendeu a manutenção dos incentivos fiscais praticados por vários estados e contestados no Supremo Tribunal Federal, além da proposta que prorroga por 50 anos a vigência da Zona Franca de Manaus.

## Paim: famílias de Santa Maria estão indignadas com lentidão da Justiça

Paulo Paim (PT-RS) disse que as famílias das 242 vítimas do incêndio na boate Kiss, em Santa Maria (RS), estão indignadas com a lentidão com que a Justiça vem tratando o processo sobre o incêndio.

Ele esteve na cidade sexta-feira, representando a Comissão de Direitos Humanos em audiência pública.

— O Ministério Público foi muito criticado, porque, enquanto a Polícia Civil acelerou, eles [familiares das vítimas] entendem que há um entrave, forças ocultas que não deixam que o processo ande.

O senador informou que esteve ontem em assembleia do Sindicato dos Químicos e Plásticos de São Paulo e Região. A categoria quer aprofundar os debates sobre fator previdenciário, reajuste de aposentadorias, desaposentadoria e assédio moral e sexual nas empresas. Paim também disse esperar a votação, em março, do novo índice de correção das dívidas estaduais.

## Rolleberg anuncia seminário sobre programa para o DF

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) relatou que o PSB vem estudando, há cerca de um ano, propostas de políticas públicas para o Distrito Federal, por meio de seminários, com participação popular, em várias regiões da capital. O objetivo é reunir ideias para retomar o desenvolvimento da cidade.

— Nosso objetivo é realizar um grande seminário para apresentar à população uma proposta de programa de governo — anunciou.

A prioridade, disse, será a educação, com a construção de creches e investimentos em educação infantil. Também terá destaque a mobilidade urbana, com a adoção de um sistema de veículos leves sobre trilhos (VLTs). O senador voltou a criticar o atual governo e lamentou o crescimento dos índices de violência.



Pedro Franco/Agência Senado

## Reunião define pauta prioritária com presidentes de comissões

A reunião de hoje entre o presidente do Senado, Renan Calheiros, e os presidentes das comissões permanentes deve definir parte da pauta deste semestre. Do encontro devem sair as propostas que terão prioridade.

Uma delas, que consta da pauta do governo, deve ser a PEC do Trabalho Escravo (Proposta de Emenda à Constituição 57-A/1999), que tramita há 15 anos no Congresso e permite a expropriação de terras onde houver exploração de trabalhadores. O texto já começou a ser discutido no Plenário, mas voltou à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para exame de uma emenda.

Outra prioridade apontada pelo líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), é a tipificação do crime de terrorismo, que deve incorporar propostas da comissão mista do Congresso (PLS 499/2013)



Pedro Franco/Agência Senado

Renan reúne lideranças para agilizar votações em ano de Copa e eleição

e do projeto do novo Código Penal (PLS 236/2012).

— Este é um ano de calendário especial, com Copa do Mundo e eleição, portanto temos que ter um cronograma das comissões e do Plenário — explicou Braga.

Também devem integrar a lista o projeto da nova Lei de Execução Penal (PLS 513/2013) e a PEC 34/2013, de José Agripino (DEM-RN), que dificulta a aprovação de projetos de criação e extinção de órgãos públicos.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO Crédito para o Fies

14h A sessão continua com a pauta truncada pela MP 626/2013, que abre crédito para o Fies.

### PRESIDÊNCIA Fernando Henrique

10h45 O senador Renan Calheiros recebe o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso; às 11h, preside sessão solene do Congresso; às 15h, participa de reunião com os presidentes das comissões; às 16h, preside a ordem do dia; às 18h30, participa da posse de Tarcísio Vieira de Carvalho Neto no cargo de ministro substituto do TSE.

### CCT A Voz do Brasil

9h Proposta que declara Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil o programa radiofônico *A Voz do Brasil* na pauta da comissão, que também vota projetos que autorizam o serviço de rádio e TV.

### CE Ampliação do Bolsa-Atleta

10h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte analisa projeto que amplia o Programa Bolsa-Atleta e o que dispõe sobre a escolha dos dirigentes escolares.

### CAE Preço de veículos

10h Na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos, projeto que veda a substituição tributária e o regime de antecipação do recolhimento de imposto nas operações realizadas por empresas optantes pelo Simples Nacional. Às 14h30, a comissão debate os altos preços dos veículos no país.

### CONGRESSO 20 anos do Plano Real

11h Sessão solene do Congresso, no Plenário do Senado, destinada a comemorar os 20 anos do lançamento do Plano Real.

### CMO Relatório do TCU

14h30 Entre outros temas, a Comissão Mista de Orçamento se reúne para apreciação de relatórios do Tribunal de Contas da União sobre contas do governo federal no Plenário 2 da Câmara dos Deputados.

### SEGURANÇA PÚBLICA Financiamento

14h30 Reunião administrativa da comissão temporária destinada a debater e propor soluções para o financiamento da segurança pública no Brasil.

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

## RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 8h30, reunião da **Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle**; e, às 10h, reunião da **Comissão de Educação, Cultura e Esporte**. Às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: [www.senado.leg.br/radio](http://www.senado.leg.br/radio)

## TV SENADO

ATV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Assuntos Econômicos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Sessão especial marca os 30 anos do movimento popular que, em 1984, levou milhões de pessoas às ruas de todo o país reivindicando eleições diretas para presidente



Gerardo Magela/Agência Senado

Thelma de Oliveira, viúva do autor da proposta de emenda para eleição direta, recorda que não houve atos de violência

## Senadores ressaltam a paz do movimento Diretas Já

CONSIDERADO O MOVIMENTO popular mais importante da história brasileira, a campanha Diretas Já, que levou milhões às ruas do país em 1984, foi tema de homenagem ontem no Plenário do Senado. Trinta anos depois, os participantes da sessão ressaltaram o caráter pacífico das manifestações da época, diferentemente do que tem caracterizado os recentes protestos populares.

— Em vez de manifesto violento, marcado por atos de vandalismo, como hoje tem sido frequente nas nossas regiões metropolitanas e em outros países, como Argentina e Venezuela, esse movimento histórico das diretas, genuinamente brasileiro, além de politizado e objetivo, foi acima de tudo pacífico, uma festa legítima da democracia e do pluralismo — disse Ana Amélia (PP-RS).

Na opinião da senadora, a rebeldia e o desejo de eleger pelo voto direto contagiaram

de modo positivo todas as classes sociais do país.

— A democracia venceu o medo, dando lugar à liberdade e à autonomia, valores fundamentais em nossa sociedade.

### Ensinamento

Thelma de Oliveira, ex-deputada federal e viúva do deputado Dante de Oliveira, autor da proposta de emenda à Constituição que tinha o objetivo de restabelecer as eleições diretas para a Presidência em 1984, disse ser importante lembrar aquele movimento:

— A maior mobilização democrática no nosso país ocorreu sem um único ato de violência, de vandalismo, e reuniu milhares de pessoas. Mas por quê? No nosso entendimento, aquela vontade, aquele desejo nasceu do coração do povo, que uniu de políticos a artistas e fez com que todos fôssemos para as ruas — avaliou.

Ao assinalar que as manifestações na luta pela democracia no início dos anos 1980 devem servir de ensinamento aos jovens de hoje, o deputado Luiz Pitiman (PSDB-DF) chegou a fazer um apelo ao Judiciário e ao Executivo:

— Não cortem as mobilizações, não radicalizem. A população brasileira quer se manifestar. Se foi possível fazer isso em 1984, com equilíbrio, com controle, não vamos, hoje, já com a nossa participação, impedir que essa mesma população possa também se manifestar — aconselhou.

Os participantes da sessão especial de ontem exaltaram o papel decisivo de líderes políticos como Ulysses Guimarães, Tancredo Neves e Franco Montoro para que o povo brasileiro reconquistasse o direito de voltar às urnas. Os ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva também foram lembrados.

## Alvaro Dias lembra o comício inicial da campanha, em Curitiba

A homenagem partiu da iniciativa de Alvaro Dias (PSDB-PR), que traçou um histórico do movimento pelo fim da ditadura e recordou o comício em Curitiba que serviu de ponto de partida para a mobilização popular.

— Em 12 dias, usando apenas panfletos, cartazes e um comercial na TV, conseguimos reunir mais de 60 mil pessoas — afirmou.

Para o senador, foi um comício memorável, que convocou a mídia nacional a participar do movimento. Ele acredita que o esforço valeu a pena, apesar do desencanto atual com a democracia, devido principalmente aos grandes escândalos envolvendo atos de corrupção.

— É certo que aqueles que assumem compromissos durante a campanha eleitoral, que carregam bandeiras para empolgar a população e depois as rasgam, comprometem a esperança do povo. Mas não há razão para a desesperança. Há razão, sim, para uma reação disciplinada e organizada para vencer as falcatruas, os escândalos e a incompetência — afirmou.

Para Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), não é difícil constatar que parte das demandas do povo naquela época foi conquistada, mas o Estado brasileiro ainda não teria dado resposta a “muitos anseios legítimos da população”.

— A promulgação da nova Constituição demorou quatro anos. A eleição de um presidente pelo voto direto, cinco. A estabilização da moeda, dez. A redenção da porção mais atroz da miserabilidade, vinte e tantos anos, num processo que ainda não se completou.

Para Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), os movimentos de junho demonstram que a população não se contenta apenas com a democracia. Quer também a garantia daqueles direitos inscritos na Constituição de 1988.

— Essa mensagem não é complexa, nem difícil de entender. A hora é esta. Tal como naquela época, é hora de mudar. Estamos chegando ao fim de um ciclo e é importante que as eleições presidenciais se prestem a um grande debate sobre o futuro do Brasil — disse o senador.



Gerardo Magela/Agência Senado

Autor da proposta de homenagem, Alvaro diz que a luta de 1984 valeu a pena

Uma galeria de fotografias de comícios, votações no Congresso e personagens importantes da campanha Diretas Já pode ser vista em página especial no site do Senado (<http://bit.ly/galeriaDiretas>). Entre as imagens (em sentido horário), há: o deputado Dante de Oliveira, autor da emenda de eleições diretas; comício inicial da campanha, em Curitiba; comício em São Paulo; sessão do Congresso com Tancredo Neves e Ulysses Guimarães



Arquivo da Câmara dos Deputados



Célio Azenevedo/Senado Federal



Divulgação/Goa. Alvaro Dias



Lou Polinesio - 27.nov.1983/Centro Sérgio Buarque de Holanda

Organização Internacional do Trabalho recomenda a redução da carga horária desde 1935 com objetivo de minimizar o desemprego no mundo, que, até 2018, deve atingir, segundo projeções, 215 milhões de pessoas, contingente superior à atual população brasileira. CCJ se prepara para discutir texto de Walter Pinheiro que diminui as atuais 44 horas estabelecidas em 1988 no país

# Jornada semanal de 40 horas deve ser analisada no Senado neste semestre

Cintia Sasse

EM ALGUM MOMENTO, o Congresso brasileiro vai ter que enfrentar com afinco o debate sobre a redução da atual jornada de trabalho de 44 horas semanais. Bandeira da maioria das centrais sindicais de trabalhadores, a medida alinharia o país a uma tendência mundial. Até economias famosas pelo custo barato da mão de obra, como China e Indonésia, adotaram as 40 horas recomendadas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) na convenção de 1935.

O assunto está posto na pauta do Senado desde 2005, quando Paulo Paim (PT-RS) sugeriu a criação do Pacto Empresarial do Pleno Emprego (Pepe), apoiado em experiência bem-sucedida de uma empresa no Paraná. A proposta deve avançar neste semestre na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O relatório, de Walter Pinheiro (PT-BA), é favorável ao projeto (PLS 254/2005), porém com mudanças. O senador substituiu as 36 horas propostas por Paim pela jornada de 40 horas.

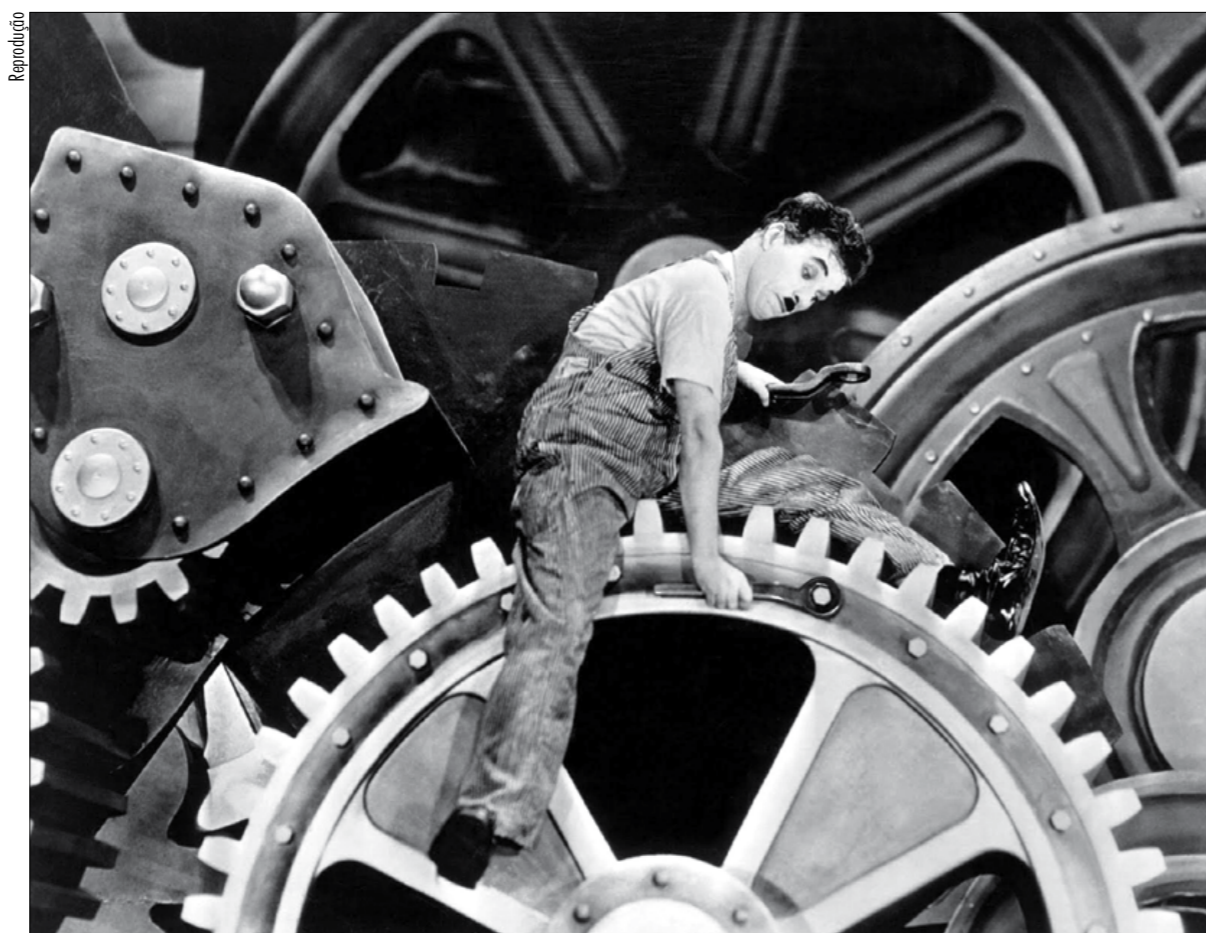
Será um debate complicado, especialmente em uma conjuntura econômica adversa, com inflação, juros e câmbio em alta, investimentos privados em queda e necessidade de ajuste nos gastos públicos, entre outras dificuldades que se acentuam em ano de eleições e Copa do Mundo. Pinheiro disse ao **Jornal do Senado** que vai manter o texto do parecer e reconhece que irá enfrentar a resistência de

boa parte dos senadores.

No entanto, o país não terá como escapar da discussão de políticas que enfrentem o desemprego crescente. Pelas estimativas da OIT, serão mais de 215 milhões de pessoas desempregadas até 2018 no mundo, com um acréscimo de mais de 13 milhões em relação a 2013. O pior é que, como ocorre no Brasil, a taxa de desemprego entre jovens continua subindo, engrossando a informalidade e agravando os problemas sociais.

O relatório *Tendências Mundiais de Emprego 2014*, da OIT, calcula que cerca de 74,5 milhões de jovens entre 15 e 24 anos estão desempregados. Isso representa taxa de 13,1%, praticamente o dobro da média do desemprego mundial. As oportunidades são piores no Oriente Médio e norte da África. Essas regiões continuam acusando o desemprego mais elevado do mundo e provocando mais migrações, principalmente para a Europa.

Outro dado alarmante é que o tempo que as pessoas permanecem desempregadas aumentou. Com a crise econômica europeia, os desempregados em países como Espanha e Grécia demoram agora o dobro do tempo para arrumar colocação. Cerca de 23 milhões de pessoas abandonaram o mercado no ano passado. Os especialistas mostram que não há uma relação direta entre a redução da jornada e a criação de novos postos. No Brasil, com os pesados encargos trabalhistas, os empresários preferem recorrer a horas extras que contratar



Chaplin em cena de *Tempos Modernos*, de 1936: crítica às extenuantes condições de trabalho trazidas pela Revolução Industrial

novos empregados, segundo o consultor do Senado Marcello Cassiano da Silva. Esse comportamento indica, na avaliação dele, que é necessário rediscutir



Walter Pinheiro acredita que enfrentará resistência de boa parte dos senadores

os encargos da atividade produtiva, como os trabalhistas e os tributários.

Na França, país que adotou há 13 anos a jornada de 35 horas, as cinco confederações sindicais de trabalhadores concordam que o ordenamento jurídico deve estabelecer patamar mínimo e uniforme de proteção social. E admitem, segundo especialistas, ser necessário processos de negociação que permitam adaptar os acordos às condições particulares dos diversos setores empresariais, aceitando inclusive arranjos mais individualizados.

O pacto proposto por Paim

não é compulsório. A adesão das empresas é voluntária por um período de cinco anos. O prazo vale também para os contratos com carga horária reduzida.

Isso funcionaria como um tempo de experiência para avaliar os resultados sobre a produtividade da empresa, que ao final poderá ou não retornar à antiga jornada. No substitutivo, Pinheiro propõe compensações às empresas, como reduzir as alíquotas de contribuições ao Sistema S (como Sesi e Sesc), as contribuições para o salário-educação e aquelas para financiar o seguro de acidente do trabalho.

## Empresa paranaense reduziu jornada e aumentou produtividade

A faxineira confidenciou ao patrão que havia contratado uma empregada doméstica, a quem pagava com parte dos R\$ 700 em bônus obtido por atingir metas na academia de ginástica custeada pela empresa.

É mais fácil imaginar essa história em empresas norte-americanas, europeias ou nórdicas. Mas aconteceu no Paraná. — A faxineira ganha R\$ 1.200 por mês, mas pode obter o bônus se alcançar os resultados do pro-

grama, com orientações na área nutricional, palestras e controle de peso. Ela gerou emprego e veio me contar satisfeita — disse o empresário Francisco Simeão, considerado o primeiro a adotar jornada reduzida de 36 horas semanais no setor industrial.

A experiência inspirou o projeto de Paim, que reduz das atuais 44 horas para 36 horas. Quando a BS Colway Pneus encurturo a jornada, em 2000, o que poderia aparentar riscos mostrou-se ótimo investimento. A produtividade aumentou tanto, lembra Simeão, que os fornecedores italianos do maquinário vieram ao Brasil para conferir os números. Os empregos na BS Colway quadruplicaram em cinco anos,

chegando a 1.200. Os salários de 8 horas diárias eram pagos para turno de 6 horas. Os funcionários foram estimulados a fazer condicionamento físico, estudar, trazer filhos e esposa para revisão dentária periódica, entre outros itens do pacote de qualidade de vida.

— Tudo isso não é gasto, é investimento — reforça Simeão, que é primeiro suplente de Roberto Requião (PMDB-PR).

A iniciativa despertou tanta atenção que o professor Carlos Ilton Cleto dedicou à BS Colway parte de tese de doutorado na Universidade Federal de Santa Catarina. Cleto registra que é difícil isolar o efeito da jornada reduzida dos outros benefícios.

O incremento na produtividade chegou a 37%, suficiente para pagar os custos, dar descontos a clientes e aumentar os lucros.

Embora a BS Colway tenha encerrado as atividades após queda de braço com as grandes indústrias de pneus e com o Ministério do Meio Ambiente, a jornada reduzida e o programa de qualidade de vida acabaram seguidos pela importadora de pneus administrada pelos filhos do empresário. Só que agora não são mais de mil empregos.

— Infelizmente a importadora só emprega 120 funcionários — lamenta Simeão, que aos 66 anos preside a Associação Brasileira da Indústria de Pneus Remoldados (Abip).

# Luta dos trabalhadores resultou em menor duração

*Tempos Modernos*, o genial filme do britânico Charles Chaplin, lançado em 1936, tornou-se ícone para retratar a exploração do trabalho imposta pela Revolução Industrial. Chaplin, no papel principal, eternizou a figura do operário que não consegue parar de repetir os movimentos mecânicos da atividade na fábrica. É considerado até hoje um libelo contra as jornadas extenuantes e as péssimas condições de trabalho nas indústrias da época.

A história mostra que, no final do século 18, com a duração frequente de 18 horas diárias, eram comuns mutilações e mortes de operários que desmaiavam ou dormiam sobre as máquinas. É difícil imaginar que na Inglaterra medieval o tempo de trabalho fosse menor do que nos primórdios do capitalismo. No entanto, foi o que ocorreu. O primeiro documento que disciplinou a jornada data de 1349, quando a peste negra dizimou quase 25% da população europeia. Os artesãos e os trabalhadores agrícolas ingleses iniciavam o trabalho às 5h da manhã e encerravam entre 19h

e 20h na época mais quente, de março a setembro. No inverno, terminavam no início da noite. Eram jornadas de 12 a 13 horas.

Mesmo inferior às jornadas impostas pela Revolução Industrial, relatos da época contestam durações tão longas, atestando 10 horas diárias em média para homens adultos, com exceção dos domingos, registra o economista Paulo Sérgio Fracalanza na tese de doutorado na Unicamp *Redução do Tempo de Trabalho: uma solução para o problema do desemprego?*. Quase quatro séculos depois, os empregados ainda eram obrigados a trabalhar 12 horas diárias. Como não havia fiscalização organizada, esse limite legal não era cumprido.

A pressão dos movimentos de trabalhadores ingleses por melhores condições de vida resultou em cinco leis após 1802. Mas só a Lei Fabril de 1833 vingou. Definindo jornada normal de trabalho entre 5h30 e 20h30, com intervalos.

### Trajatória francesa

Uma das experiências mais estudadas pelos acadêmicos brasileiros é a da França, que adotou em 2000 a chamada Lei das 35 Horas. Ela substituiu a exigência legal de 39 horas semanais.

Um texto legal de importância na França data de 1841 e só era aplicado a fábricas com mais de 20 trabalhadores. Voltado a reduzir a concorrência predatória entre indústrias têxteis, não obteve êxito. Os meios para fiscalizar o cumprimento das leis trabalhistas só começaram a ser constituídos a partir de 1874.

É bom lembrar que a referência até o século 19 era a jornada diária. A trajetória nesse período não foi regular, com avanços e retrocessos. Porém, foi muito melhor do que o ocorrido na época da Revolução Francesa, quando os empregadores ganharam plenos poderes para determinar a duração do tempo de trabalho, em 1791, com a Lei Le Chapelier.

Só no início do século 20 os trabalhadores franceses conquistaram a redução para 10 horas diárias, e mesmo assim pequenas empresas e trabalhos em domicílio ultrapassavam as 12 horas. Em 1919, a jornada máxima foi fixada em 8 horas diárias e 48 horas semanais.

Em 1936, com o objetivo de abrir novos postos de trabalho, o governo de coalizão de partidos de esquerda baixou a jornada para 40 horas semanais e instituiu duas semanas pagas por ano. Foi a primeira vez que se reconheceu o direito ao lazer para o trabalhador. Nessa época, os franceses já podiam se aposentar aos 65 anos, benefício instituído em 1910. As férias de quatro semanas foram estabelecidas em 1969.

Mais tarde, os benefícios foram ampliados no governo Mitterrand, em 1982, com férias de cinco semanas, aposentadoria aos 60 anos e jornada reduzida para 39 horas semanais. Vários setores interpretaram esses resultados como um fracasso político, registra Fracalanza. A expectativa de redução do desemprego foi frustrada, comprovando, na visão de muitos economistas, que os efeitos da redução da jornada exigem tempo para se manifestarem e não há correlação direta, dependendo da conjuntura econômica e das especificidades do setor.

Porém, os trabalhadores franceses, de modo geral, são solidários. Pesquisa do Institut National de la Statistique et des Études Économiques, de 1995, revelou que muitos deles estão dispostos a reduzir a jornada e os salários se a medida representar manutenção ou ampliação do número de empregos onde trabalham.

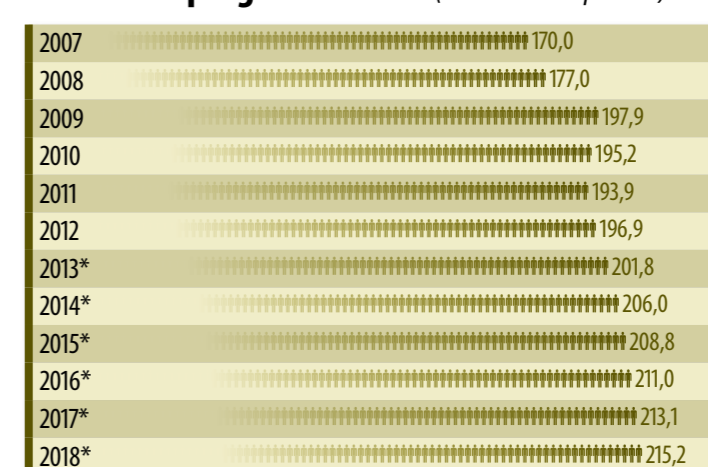
### Limites das jornadas normais

	SEM LIMITE UNIVERSAL ESTATUTÁRIO	35-39 HORAS	40 HORAS	41-46 HORAS	48 HORAS	+48 HORAS
PAÍSES INDUSTRIALIZADOS	▪ Alemanha ▪ Austrália ▪ Dinamarca ▪ Irlanda ▪ Reino Unido¹	▪ Bélgica ▪ França ▪ Suécia	▪ Austrália ▪ Canadá ▪ Espanha ▪ Estados Unidos ▪ Finlândia ▪ Itália ▪ Japão ▪ Luxemburgo ▪ Holanda ▪ Nova Zelândia ▪ Noruega ▪ Portugal ▪ Suécia	▪ Suíça²		▪ Suíça³
ÁFRICA	▪ Nigéria ▪ Seicheles	▪ Chade	▪ Argélia ▪ Benin ▪ Burkina Fasso ▪ Camarões ▪ Congo ▪ Costa do Marfim ▪ Djibuti ▪ Gabão ▪ Madagascar ▪ Mali ▪ Mauritânia ▪ Nigéria ▪ Ruanda ▪ Senegal ▪ Togo	▪ Angola ▪ Burundi ▪ Cabo Verde ▪ Congo ▪ Guiné-Bissau ▪ Marrocos ▪ Namíbia ▪ África do Sul ▪ Tanzânia	▪ Moçambique ▪ Tunísia	▪ Quênia
ÁSIA	▪ Índia ▪ Paquistão		▪ China ▪ Indonésia ▪ Mongólia ▪ Coreia do Sul	▪ Cingapura	▪ Camboja ▪ Filipinas ▪ Malásia ▪ Laos ▪ Tailândia ▪ Vietnã	
CARIBE	▪ Jamaica ▪ Granada		▪ Bahamas	▪ Cuba ▪ Rep. Dominicana		▪ Haiti
EUROPA CENTRAL E DO LESTE			▪ Bulgária ▪ Eslováquia ▪ Eslovênia ▪ Estônia ▪ Rússia ▪ Letônia ▪ Lituânia ▪ Macedônia ▪ República Tcheca ▪ Romênia			
AMÉRICA LATINA			▪ Equador	▪ Belize ▪ BRASIL ▪ Chile ▪ El Salvador ▪ Honduras ▪ Uruguai¹ ▪ Venezuela	▪ Argentina ▪ Bolívia ▪ Colômbia ▪ Costa Rica ▪ Guatemala ▪ México ▪ Nicarágua ▪ Panamá ▪ Paraguai ▪ Peru ▪ Uruguai²	
ORIENTE MÉDIO			▪ Egito			▪ Jordânia ▪ Líbano

(1) 48 horas de limite da jornada total, (2) trabalhadores nas empresas industriais, escritórios, cargos técnicos e pessoal de vendas das grandes empresas comerciais, (3) todos os demais trabalhadores, (4) comércio, (5) indústria

Fonte: Organização Internacional do Trabalho

### Desemprego no mundo (em milhões de pessoas)



(\*) projeções

Fonte: Organização Internacional do Trabalho

### Saiba mais

**Relatório do senador Walter Pinheiro**  
<http://bit.ly/substitutoPLS254>

**Redução do Tempo de Trabalho: uma solução para o problema do desemprego?**  
<http://bit.ly/teseFracalanza>

Veja esta e outras edições do **Especial Cidadania** em [www.senado.leg.br/especialcidadania](http://www.senado.leg.br/especialcidadania)



Paim inspirou-se na experiência de empresa curitibana para o projeto



Simeão foi pioneiro em adotar jornada de 36 horas semanais na indústria

Foto: Eur Agências/Senado

Reprodução: Big/Engage Comunidade

# Mudança no Bolsa Família pode ser votada amanhã

Discussão semana passada do projeto com regras para desligamento de beneficiários gerou tensão entre governo e oposição. Se aprovado na CAS, o projeto irá para decisão final na Comissão de Direitos Humanos

**DEVE SER VOTADO** amanhã, em reunião da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), às 9h, o Projeto de Lei do Senado (PLS) 458/2013, que estabelece em lei as regras para o desligamento de beneficiários do Bolsa Família, hoje inseridas em decreto presidencial.

De autoria de Aécio Neves (PSDB-MG), o texto propõe que as condições de permanência no programa continuem a ser avaliadas a cada dois anos, mas garante que, caso se altere a situação de elegibilidade familiar, o benefício continue a ser pago por seis meses, como preparação para a saída do programa.

Na justificativa do projeto, o parlamentar defende a alteração como necessária para evitar instabilidade na renda do trabalhador carente. Aécio afirma que o período adicional para recebimento do benefício é importante para o trabalhador que consegue emprego e tem um incremento na renda, uma vez que lhe proporciona um período de segurança até saber se irá manter o emprego e a renda em patamar



Aécio Neves apresentou dois projetos com mudanças no Programa Bolsa Família

satisfatório para a subsistência da família.

## Polêmica

Na última reunião da CAS, a discussão da proposta provocou embate e troca de acusações entre senadores da oposição e governistas, culminando em pedido de vista coletiva. A polêmica envolve, ainda, outro projeto de Aécio Neves, que inclui o Bolsa Família na Lei Orgânica de Assistência Social (PLS 448/2013).

Os governistas acusaram Aécio de querer fazer “aper-

feiçoamentos” que já estão contemplados no Bolsa Família e lembraram críticas ao programa. Já a oposição disse que o PT se inspirou em iniciativas do governo Fernando Henrique e não aceita consolidar o Bolsa Família como política de Estado. A polêmica continuou na sessão plenária no mesmo dia.

Na CAS, o parecer da relatora Lúcia Vânia (PSDB-GO) é favorável à aprovação do PLS 458/2013. Para a senadora, é importante mais segurança para o beneficiário durante o desligamento do programa.

## Residência pedagógica para professor deve ser avaliada hoje



Em reunião hoje, às 10h, a Comissão de Educação (CE) deverá examinar, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) 284/2012, que institui a residência pedagógica para os professores da educação básica.

A discussão do projeto, de autoria de Blairo Maggi (PR-MT), teve início no último dia 18. A proposição tem como relator o presidente da comissão, Cyro Miranda (PSDB-GO), favorável à proposta com emenda.

O projeto altera o artigo 65 da Lei 9.394/1996 — que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional — e determina que, aos professores habilitados para a docência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, será oferecida a residência pedagógica, etapa ulterior de formação inicial, com o mínimo de 800 horas de duração, e bolsa de estudo.

## Comissão de Segurança Pública define novo relator setorial

A Comissão Especial de Segurança Pública reúne-se hoje, às 15h, para discutir o andamento dos trabalhos e designar um novo relator para o assunto “Regulamentação de atividades potencialmente nocivas à segurança dos cidadãos e outros temas”.

Instalada em outubro de 2013, a comissão teve os trabalhos divididos em cinco eixos temáticos: proteção ao cidadão e à vítima, financiamento da segurança pública, estrutura da polícia brasileira, defesa civil e regulamentação de atividades potencialmente nocivas à segurança dos cidadãos.

O ex-senador Sérgio Souza, que ocupava a sub-relatoria agora vaga, deixou o mandato com o retorno de Gleisi Hoffmann (PT-PR), de quem era suplente, ao Senado, .

A comissão é responsável por analisar matérias em tramitação no Senado que tratam de segurança pública e terá até 10 de maio para a conclusão de parecer sobre 44 propostas.

## Enchente do Rio Madeira é tema de apelos em Plenário

A situação das cidades atingidas pela cheia do Rio Madeira em Rondônia e no Acre foi debatida ontem no Plenário. Os senadores dos estados atingidos reivindicaram socorro para as famílias desabrigadas ou desalojadas — mais de 8 mil somente em Porto Velho, distritos e cidades vizinhas — e soluções definitivas para o problema.

O nível do rio chegou a 18,5 metros, registro que supera todas as marcas históricas.

Anibal Diniz (PT-AC) disse que a BR-364 está com o tráfego interrompido em vários trechos, deixando alguns municípios isolados. O abastecimento de alimentos, água potável e combustível está comprometido. Segundo o senador, os supermercados informaram que há estoque de produtos não perecíveis

para os próximos 15 ou 20 dias, e o governo estadual conta com ajuda da Força Aérea para garantir o transporte de alimentos.

Anibal disse que a indústria pecuária do Acre teme prejuízos: o faturamento do setor pode cair até R\$ 2 milhões por dia por conta da interrupção do tráfego de carretas entre Porto Velho e Rio Branco. O senador ainda informou que as obras da ponte sobre o Rio Madeira devem ser iniciadas tão logo passe a enchente.

— Toda essa situação mostra o quanto é delicado promover o desenvolvimento na região amazônica — afirmou.

Jorge Viana (PT-AC) quer

uma investigação do Ministério dos Transportes nos estudos realizados para a construção da BR-364.

— É muito estranho que não se tenha as informações necessárias para estabelecer o leito da BR-364 — afirmou.

O senador disse esperar que, quando a enchente acabar, o Dnit reforme a estrada para evitar que fique submersa novamente. Ele também vai enviar ao Ministério de Minas e Energia requerimento questionando se as Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau são responsáveis pelo transbordamento do Rio Madeira.

Valdir Raupp (PMDB-RO) acredita que o motivo não seja apenas o excesso de chuva:

— Segundo dados também científicos, o degelo na Cordilheira dos Andes foi maior este ano do que nos anteriores. A

água do degelo corre para os Rios Madre de Deus, Bene e Mamoré e chega a Porto Velho, desaguando pelo Rio Amazonas — observou.

Acir Gurgacz (PDT-RO) disse que o maior drama virá quando as águas baixarem. Por isso, pediu ao governo federal a liberação de recursos para que os estados e municípios ajudem os desabrigados. Ivo Cassol (PP-RO) disse que já está sendo promovida a distribuição de cestas básicas e medicamentos, mas pediu que os prefeitos agilizem ações junto ao governo federal por recursos para as pequenas despesas de emergência das famílias ribeirinhas.

**Rio Madeira transbordou, deixando famílias desabrigadas e municípios sem abastecimento**



Ligação rodoviária do Acre com o resto do país, BR-364 tem trechos alagados

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro  
**Segunda-secretária:** Ângela Portela  
**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira  
**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino  
**Suplentes de secretário:**  
 Magno Malta, Jayme Campos,  
 João Durval, Casildo Maldaner

**Diretor-geral:** Helder Rebouças  
**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich  
**Diretor-adjunto:** Flávio de Mattos  
**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

### AGÊNCIA SENADO

**Coordenador:** Marco Antonio Reis (61) 3303-3327  
**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Sheyla Assunção  
**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia  
**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Coordenador:** Flávio Faria (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Sílvio Burle

**Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

## Duas audiências debaterão mudanças contidas na MP 627

A comissão mista responsável pela análise da MP 627/2013, que promove mudanças em normas tributárias e contábeis, realiza audiências públicas hoje e amanhã. Os convidados devem apresentar sugestões para a finalização do relatório do deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ). O texto foi apresentado aos parlamentares na última quarta-feira.

A medida provisória é complexa e recebeu 513 emendas, por isso o presidente da comissão, senador Walter Pinheiro (PT-BA), já disse não acreditar num consenso sobre o assunto. A intenção dele é realizar mais uma reunião após as duas audiências para só então pôr a matéria em votação, em meados de março.

Da audiência de hoje participarão representantes do Ministério da Fazenda, do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) e da Confederação Nacional da Indústria (CNI), além do diretor da LCA Consultoria Estratégica em Economia, Bernard Appy.

Enviada ao Congresso em novembro passado, a MP 627 promove mudanças na tributação sobre os lucros auferidos em países estrangeiros por pessoa física residente no Brasil.



## Gurgacz registra entrega de máquinas do PAC 2 em Rondônia

O senador Acir Gurgacz (PDT-RO) registrou a entrega ontem, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, de 36 motoniveladoras a municípios do interior do estado de Rondônia, ao custo de R\$ 15,5 milhões. Esses municípios, disse o senador, com até 50 mil habitantes, têm uma grande malha viária rural e poucos recursos para a aquisição de equipamentos para a manutenção das estradas.

A ação faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2) Equipamentos.

Acir Gurgacz acrescentou que ainda este ano serão entregues mais 45 caminhões-caçamba e o total de custos representará R\$ 37 milhões.

— Os equipamentos vão contribuir diretamente para a melhoria das estradas vicinais e para o escoamento da produção de aproximadamente 213 mil pessoas da área rural — disse o senador.

# Senadores discutem altos preços de carros no país

Ana Amélia constatou que margem de lucro das montadoras de automóveis no Brasil é muito superior à praticada nos Estados Unidos. Senadora também quer discutir segurança dos veículos

A SENADORA ANA Amélia (PP-RS) anunciou que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) discute hoje, em audiência pública, com participação de representantes do setor, o alto custo dos automóveis comercializados no país e a falta de equipamentos de segurança nos veículos.

A senadora lembrou que os consumidores, quando viajam para o exterior, comparam o preço e os itens de segurança dos veículos fabricados em outros países com aqueles vendidos no Brasil e descobrem que estão em desvantagem.

— Os custos de produção dos carros alcançaram 58% do valor do carro vendido, enquanto os gastos para produzir um automóvel nos Estados Unidos chegam a 88% do valor do veículo. Mesmo assim, as margens de lucro das montadoras brasileiras são superiores, atingem 10%, enquanto nos Estados Unidos não passam de 3%. Se formos comparar os carros brasileiros com os europeus, o item segurança



Ana Amélia diz que brasileiros estão em desvantagem na compra de carros

deixa muitas dúvidas. Parecem, em muitos casos, verdadeiras carroças — disse.

Ana Amélia também quer saber quais são os custos gerados por causa dos acidentes de trânsito para a Previdência Social e para a saúde pública.

No final de 2012, a senadora promoveu o primeiro debate na CAE para tratar das razões da grande disparidade dos preços dos veículos nacionais, comparados a outros países. A audiência de hoje

será a continuidade dessa discussão, com a participação de setores ainda não ouvidos sobre o assunto.

São convidados para a audiência João Cayres, secretário-geral da Confederação Nacional dos Metalúrgicos; Paulo Tigre, vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria; Luiz Moan, presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores; Flavio Antonio Meneghetti, presidente da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores; e Angela Crespo, jornalista do site Consumo em Pauta.

Cidadãos poderão participar do debate usando os canais interativos Senado (*veja quadro abaixo*).

### PARTICIPE ÀS 14h30

- ▶ **Tempo real:** <http://bit.ly/carrosCAE>
- ▶ **Portal e-Cidadania:** [www.senado.leg.br/ecidadania](http://www.senado.leg.br/ecidadania)
- ▶ **Facebook:** [eCidadaniaSF](https://www.facebook.com/eCidadaniaSF)
- ▶ **Twitter:** [@e\\_cidadania](https://twitter.com/e_cidadania)
- ▶ **Taquigrafia:** <http://bit.ly/notasCarrosCAE>
- ▶ **TV:** [www.senado.leg.br/TV](http://www.senado.leg.br/TV)
- ▶ **Alô Senado:** 0800 612211

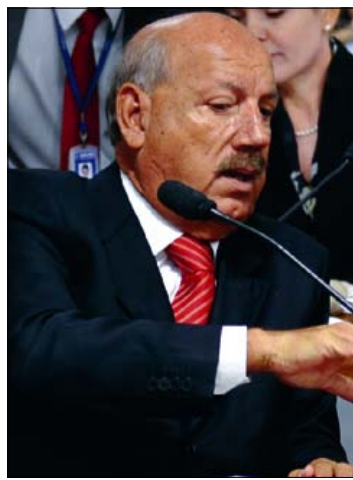
## Comissão deve apreciar novo indexador

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) deve apreciar amanhã o relatório de Luiz Henrique (PMDB-SC) e as emendas ao projeto apresentado pelo Executivo que altera o indexador de correção das dívidas estaduais e municipais com a União, que somam R\$ 500 bilhões. O substitutivo ainda deverá ser votado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) após o Carnaval, e só então irá a Plenário.

O projeto (PLC 99/2013) prevê a substituição do IGP-DI (Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna) mais 6% a 9% de juros anuais pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) mais 4% de juros anuais ou a taxa Selic, o que reduziria consideravelmente os encargos das dívidas.

— A mudança aliviará os caixas estaduais e municipais, permitirá incremento rápido dos investimentos públicos e elevará o produto interno bruto [PIB] — declarou o senador.

A proposta estabelece um limitador dos encargos cobrados pela União: quando o IPCA mais 4% de juros anuais for maior que a variação acumulada da Selic,



Luiz Henrique é contra emendas que exijam retorno do texto à Câmara

prevalecerá a taxa menor.

O relatório não foi votado no dia 19 por falta de consenso. Há temor quanto ao impacto da redução dos encargos nas contas do governo federal.

Luiz Henrique apresentou parecer contrário a três emendas apresentadas em Plenário por Randolfe Rodrigues (PSOL-AP). Uma delas veda a cobrança de juros nos contratos de empréstimos firmados com estados, Distrito Federal e municípios. O relator disse não ver razão para aprovar esse “privilegio não concedido a nenhum outro devedor”. Outra emenda prevê a criação de uma CPI sobre os



Randolfe propôs o fim dos juros nos empréstimos a estados e municípios

atos e fatores geradores das dívidas dos estados e municípios. A terceira visa alterar exigências para concessão de incentivos fiscais previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Luiz Henrique disse que, se for feita alteração no texto aprovado pela Câmara, ele terá que voltar para nova análise dos deputados, o que tornará “incerto o destino de importantes providências contidas no projeto”.

A proposta foi apresentada pelo próprio Executivo e começou a tramitar na Câmara no início de 2013, sendo aprovada em 23 de outubro e enviada ao Senado.

## Projeto reduz ônus tributário para microempresas

O fim de um mecanismo de arrecadação de tributos que onera indevidamente as microempresas e empresas de pequeno porte em R\$ 1,7 bilhão está na pauta de hoje na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Trata-se de projeto (PLS 323/2010 — Complementar) que veda a substituição tributária e o regime de antecipação do recolhimento de imposto nas operações realizadas por empresas optantes pelo Simples Nacional.

O relator, Armando Monteiro (PTB-PE), apresentou emenda que mantém no sistema de substituição tributária as operações relativas a combustíveis, cigarros, bebidas alcoólicas, refrigerantes, energia elétrica, eletroeletrônicos e veículos automotivos.

Na avaliação de Armando, o projeto original, de autoria do ex-senador Alfredo Cotait, não é claro em relação à possibilidade de cobrança do diferencial de alíquotas do ICMS na circulação interestadual de mercadorias e bens. A emenda veda expressamente essa exigência. Ou seja, o optante do Simples Nacional não pagará a diferença entre a alíquota interna e a interestadual.



## Braga defende Zona Franca e elogia postura de Dilma frente à OMC

O líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), elogiou a “coragem” da postura da presidente Dilma Rousseff diante de questionamentos de países europeus na Organização Mundial do Comércio (OMC). A União Europeia solicitou uma consulta sobre os incentivos do Brasil à Zona Franca de Manaus, por considerar que o governo brasileiro intensificou práticas de comércio anticompetitivas.

Braga disse que no polo de Manaus existem 600 empresas que geram 115 mil empregos diretos e outros 400 mil de forma indireta, e o lucro das empresas da Zona Franca ultrapassou os R\$ 73 bilhões no ano passado. O senador também defendeu a convalidação dos benefícios fiscais e a prorrogação, por mais 50 anos, da Zona Franca. Segundo Braga, o incentivo gera empregos nas indústrias, evitando que pessoas busquem sustento explorando a floresta.

# Estudo aponta necessidade de mudança na governança da internet

Especialistas concluem que o sistema atual não tem sido capaz de defender os interesses do Brasil e possui estrutura questionável

O CONSULTOR DO Senado Igor Villas Boas de Freitas produziu estudo em parceria com o economista Andrey Villas Boas de Freitas mostrando que a estrutura de governança da internet no Brasil pode ser questionada quanto à legalidade, pois as normas — portaria e decreto — que definiram sua competência são inapropriadas. A solução, afirmam, é a intervenção do poder público para garantir a regulamentação pelo Congresso. A governança, que envolve atividades como registro de domínios, cabe ao Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), cujas decisões são implementadas pelo Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br).

Os dois órgãos, segundo os autores do estudo, também não têm sido capazes de preservar os interesses do país no mercado de nomes da internet. Para exemplificar os desafios, o consultor cita o caso da empresa americana Amazon — Amazônia em inglês —, que tentou registrar



A governança da internet brasileira deve ser feita por instituições não governamentais, segundo os autores do estudo

o seu nome como domínio genérico privativo de primeiro nível, ou seja, a parte final dos endereços na internet. Se o pedido fosse aceito, *amazon* seria de uso privativo da empresa. Igor e Andrey avaliam que o sistema de governança brasileiro reagiu tardiamente.

Uma das sugestões é que instituições não governamentais estejam à frente da

governança da internet. Os autores do texto também propõem que a composição dos gestores mantenha as representações da academia (expertise técnica), do setor privado (expertise mercadológica) e do Estado (interesse público), assegurando sempre o rodízio das pessoas envolvidas. E que a ação dessas instituições tenha algum tipo

de supervisão estatal. É preciso também, defendem, estabelecer as competências de todos os envolvidos na governança da internet brasileira, como a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), os Ministérios das Comunicações e das Relações Exteriores, além do CGI.br e o NIC.br, para que não haja sobreposição de atribuições.

## Projeto obriga identificação da operadora de destino

Informar ao usuário a qual operadora se destina a ligação pode se tornar obrigatório para as empresas de telefonia.



Pedro França / Agência Senado

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 343/2012, de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), será votado hoje na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

Apesar de ter sido rejeitada pela Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA), o relator na CCT, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), votou a favor da proposta, com uma alteração: em vez de gravação sonora com o nome da operadora de destino, sinal sonoro que mostre que não é operadora diferente. Para Flexa, a portabilidade numérica prejudicou a identificação.

O projeto será votado em caráter terminativo. Como se trata de um texto substitutivo, a proposta deve ser submetida a turno suplementar na CCT antes de seguir para a Câmara dos Deputados.

## Pimentel quer novas regras para comércio eletrônico

José Pimentel (PT-CE) defendeu a instituição de políticas que fortaleçam a indústria brasileira de transformação. Ele lembrou a elevação do poder de compra da população, observando que o fortalecimento do mercado interno tem alimentado um modelo de importações que, em sua opinião, está esgotado. Também destacou o aumento do número de microempresas registradas nos últimos anos, o que, para ele, contribui para manter baixo o índice de desemprego. O senador mencionou ainda as dificuldades que os comerciantes encontram para competir com as grandes lojas virtuais e defendeu novas regras tributárias para o comércio eletrônico:

— Eles estão apreensivos porque precisam estruturar sua rede de negócios, sua rede de lojas para competir com os médios e grandes magazines e, com isso, aumentar o fluxo de negócios e de caixa do empreendedor individual, da micro e pequena empresa. Para eles, é fundamental a regulamentação do comércio eletrônico, porque hoje estão pagando ICMS duas vezes.



Senador também defende o fortalecimento da indústria brasileira de transformação

## Alvaro questiona no STF verbas para Cuba e Angola

O Supremo Tribunal Federal (STF) recebeu ontem mandado de segurança de Alvaro Dias (PSDB-PR) pedindo informações sobre empréstimos feitos pelo BNDES aos governos de Cuba e Angola. Ele já havia pedido esclarecimentos por vias administrativas, com base na Lei de Acesso à Informação, mas o pedido foi negado sob alegação de sigilo imposto pelos governos daqueles países. Na ação, Alvaro pede que a presidente Dilma Rousseff, o ministro do Desenvolvimento, Mauro Borges Lemos, e o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, esclareçam o valor. O senador disse que, ao sonegar essas informações, o governo descumpra a Constituição, que prevê transparência e publicidade.

— É também uma afronta ao Parlamento, pois compromete uma das atribuições do Legislativo, que é de fiscalizar o governo. Não se pode negar informações ao parlamentar.

As críticas aos investimentos do BNDES no exterior cresceram com a ida de Dilma a Cuba, no fim de janeiro, para a inauguração do Porto de Mariel, que teria recebido cerca de US\$ 800 milhões do BNDES. Segundo Alvaro, os empréstimos deveriam ter passado pela avaliação do Senado.

Em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em agosto, Luciano Coutinho explicou que as operações com Cuba e Angola estão relacionadas à importação de bens e serviços via empresas brasileiras e os contratos estão submetidos aos regimes jurídicos dos contratantes.

## Brasil deve retomar agenda com os EUA, afirma Ferraço

Ricardo Ferraço (PMDB-ES), presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), afirmou que é hora de reorganizar a agenda entre Brasil e Estados Unidos, abalada após denúncias, no ano passado, de espionagem pelo governo americano.

Ontem o senador recebeu a embaixadora dos Estados Unidos, Liliana Ayalde. Um dos assuntos foi a audiência pública que a CRE deve fazer em março sobre o futuro das relações comerciais entre os dois países. Para o senador, a espionagem já teve uma resposta dura do governo brasileiro.

— Os EUA representam mercado interno de US\$ 16 trilhões e importam US\$ 3 trilhões, dos quais 1% corresponde aos produtos, mercadorias e serviços exportados pelo Brasil.

A crise nas relações, segundo Ferraço, é entre governos, mas não entre as sociedades e os sistemas econômicos. Ele ressaltou que os Estados Unidos são uma grande potência e estão fortalecendo relações com a Aliança do Pacífico e a União Europeia, enquanto a América Latina fica para trás.



Ferraço diz que a espionagem gerou crise entre os governos, não entre as economias

## Figueiró diz que o Brasil se prejudica no Mercosul

Ruben Figueiró (PSDB-MS) disse que problemas na Argentina e na Venezuela, como crise ambiental e inflação alta, podem dificultar as negociações do acordo de livre comércio entre Mercosul e União Europeia. Ontem a presidente Dilma Rousseff esteve na reunião da Cúpula Brasil-União Europeia, na Bélgica, sobre o livre comércio.

Caso o acordo não se viabilize, Ruben Figueiró espera que cada país do Mercosul proponha um ritmo diferente da redução de tarifas e benefícios aos europeus. Para ele, o melhor é o Brasil fazer um acordo bilateral com os europeus, em vez de insistir num acordo entre os blocos, até porque 20% das exportações brasileiras vão para a União Europeia. Figueiró acredita que o Brasil está se prejudicando ao se manter atrelado ao Mercosul.

— O Brasil tem que pensar claramente se quer seguir o caminho de inclusão nas cadeias produtivas globais ou se continua participando desse grupo fechado que se prejudica por regras protecionistas. Já disse e repito: o Brasil deve sair do Mercosul — afirmou.



A melhor opção para o Brasil é fazer um acordo bilateral com os europeus, afirma Figueiró